

Sessão legislativa inicia hoje

15 FEV 1993 JORNAL DE BRASÍLIA

Congresso deixa pendências para depois do Carnaval

SCHEILA BERNADETE

Em ritmo de recesso branco, o Congresso inicia hoje uma nova sessão legislativa, sem ter cumprido integralmente a pauta da convocação extraordinária, encerrada na última quinta-feira. Entre os projetos pendentes, estão o Orçamento Geral da União para 93, a regulamentação do Conselho de Comunicação, a proteção aos trabalhadores migrantes, a lei que torna indisponíveis os bens de vítimas de seqüestro, a que disciplina as concessões do serviço público à iniciativa privada e o ajuste fiscal, em dois turnos, no Senado.

A reforma fiscal, considerada como matéria de relevante urgência pelo Governo, terá uma chance de ser votada, ainda esta semana. A tradição registra, no entanto, que na semana antecedente ao Carnaval os trabalhos legislativos param. O próprio presidente do Senado, Humberto Lucena, é cético: "Estou convocando os senadores para estarem em Brasília no próximo dia 18. Claro que é difícil, mas não impossível", observa.

Iniciadas em 10 de janeiro, as atividades legislativas — apesar do elevado número de presenças — contabilizaram uma modesta safra de projetos aprovados. Das proposições mais relevantes, passaram pelo Congresso não mais do que seis matérias: a reforma agrária, modernização dos portos, Advocacia



Senador Humberto Lucena

Geral da União, plebiscito sobre a forma e sistema de governo, reajuste do funcionalismo público e liberação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Embora não se possa negar a importância destes projetos, deputados e senadores deixaram de apreciar pelo menos outras 10 propostas, o que deverá ocorrer somente a partir de março. De acordo com o presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira — fazendo coro às palavras de seu antecessor, Íb森 Pinheiro — muitas das matérias precisam da análise detalhada dos parlamentares. Outras são extremamente polêmicas, o que justificaria o atraso das votações.

FALTA VOTAR 10 PROJETOS

Pelo menos dez projetos restaram da convocação extraordinária. Eles serão incluídos na ordem do dia na Câmara e Senado, no próximo mês. Quatro deles são oriundos do Executivo. Os outros seis fazem parte da lista preparada pelo Congresso. São eles:

Pauta do Executivo:

- **Orçamento** — O projeto depende do parecer do relator, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). O presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Messias Góis (PFL-SE) informa que a proposta só será votada após o Carnaval, pois ainda falta ser votado na própria comissão e depende de publicação.
- **Ajuste Fiscal** — Aprovado na Câmara, precisa ser votado em dois turnos no Senado. Matéria polêmica, precisa ainda de um acordo entre os senadores para que não sofra emendas e seja obrigado a retornar à Câmara.
- **Conselho de Comunicação** — Regulamenta o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 88. Já esteve na pauta do Congresso e foi retirado em junho do ano passado. Os nomes a serem eleitos pelo Legislativo, para compor o mesmo, já foram alvo de todas as negociações partidárias.
- **Migrantes trabalhadores** — De autoria do deputado Diogo Nomura (PL-SP), dá nova redação ao artigo 206 do decreto-lei nº 2848/40, do Código Penal, definindo como crime o recrutamento de trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro.

Pauta adicional do Congresso:

- **Escolas técnicas** — Projeto do Executivo, que dispõe sobre a criação destas escolas federais.
- **Seqüestro** — Oriundo do atual ministro da Justiça, Maurício Corrêa, torna indisponíveis os bens das vítimas de seqüestro e seus parentes. A matéria tem regime de urgência, mas teve sua retirada de pauta pedida pelo líder do PFL, deputado Luiz Eduardo Magalhães.
- **Notários** — Projeto do Senado, regula as atividades, disciplina a responsabilidade civil e criminal dos notários, oficiais de registro e seus prepostos, definindo o ainda a fiscalização de seus atos de ofício pelo Poder Judiciário.
- **Polícia Federal** — Projeto do Executivo, cria cargos na Polícia Federal. Aprovado na Câmara, foi remetido ao Senado em dezembro de 92.
- **Controle de poluentes** — Dispõe sobre o controle de emissão de poluentes por veículos automotores. O projeto é do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) e foi aprovado na forma de substitutivo da deputada Rita Camata (PMDB-ES), na Câmara.
- **Cooperativas** — Projeto de autoria do deputado Ivo Vanderlinde (SC), que trata das sociedades cooperativas.